

EDUCAÇÃO SUPERIOR CHILENA: REFORMAS NEOLIBERAIS, REGULAÇÃO E HEGEMONIA DO SETOR PRIVADO¹

Eixo 6: Novos modos de regulação e as tendências em construção no campo da produção do conhecimento

Geísio Lima Vieira², Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN | E-mail: geisio.vieira@ifpb.edu.br

Alda Maria Duarte Araújo Castro³, Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN | E-mail: castroalda02@gmail.com

Resumo

O estudo analisa como as reformas neoliberais transformaram a educação superior chilena, deslocando-a de direito social para um modelo orientado pela lógica de mercado. Mostra que marcos normativos e políticas de financiamento consolidaram um sistema híbrido, expandido, porém hegemônico pelo setor privado. Com base em pesquisa teórico-documental e dados de 2021-2025, evidencia crescimento de matrículas com predominância de instituições privadas e fortalecimento de trajetórias técnico-profissionais. As reformas de 2018, especialmente as Leis n. 21.091 e 21.094, procuram recompor a educação superior como direito, ampliam a regulação estatal e a gratuidade, no entanto mantém a arquitetura neoliberal previamente estabelecida, preservando a coexistência entre financiamento público e centralidade privada. Conclui-se que o caso chileno expressa uma forma avançada de mercantilização da educação superior, configurando um referencial estratégico para a análise crítica das políticas de educação superior na América Latina.

Palavras-chave: Educação Superior. Neoliberalismo. Privatização. Mercantilização.

Introdução

O presente estudo analisa o processo de mercantilização, privatização e regulação da educação superior no Chile, tomando como referência a reconfiguração do sistema ocorrida

¹ Esse trabalho é resultado do projeto de Pesquisa Educação Pública e Processos de Privatização em países da Ibero-América (Brasil, Portugal, Espanha, Peru, Chile e Argentina) no período de 1990 a 2024. Financiando pelo (CNPq)/Edital nº 16/2024.

² Doutorando em Educação pelo PPGED/UFRN, pesquisador da *Rede Universitas* e membro do grupo de pesquisa Mercantilização e Privatização da Educação Superior na Iberoamérica.

³ Orientadora e Professora do PPGED/UFRN, pesquisadora da *Rede Universitas* e coordenadora do grupo de pesquisa Mercantilização e Privatização da Educação Superior na Iberoamérica.

a partir das reformas neoliberais implementadas durante a ditadura de Augusto Pinochet e aprofundadas nas décadas seguintes. A abordagem da pesquisa apresenta o percurso dos arranjos políticos do Estado na construção das reformas estruturais, deslocando a educação superior de uma condição mais próxima ao direito social para um modelo orientado pela lógica de mercado, marcado pela expansão do setor privado, pela diversificação institucional e pela redefinição do papel do Estado como agente regulador e financiador indireto.

O objetivo do estudo consiste em analisar como os marcos normativos e as políticas de financiamento contribuíram para a consolidação de um sistema educacional híbrido, expandido e diversificado, mas estruturalmente dependente da oferta privada. A pesquisa foi desenvolvida numa perspectiva histórico-materialista – especificamente a partir das categorias *empíricas* Estado, educação superior, mercantilização e neoliberalismo, relacionadas as categoria analíticas totalidade, mediação e contradição – por meio de abordagem qualitativa, de caráter documental e analítico, tomando como fontes principais a legislação educacional chilena, em especial as Leis n. 21.091/2018 e n. 21.094/2018, bem como documentos oficiais, normas infralegais e estatísticas setoriais, investigando em que medida as políticas estatais de regulação e acesso a educação superior forma eficientes para minimizar a tensão entre a educação como direito social e a educação como mercadoria.

Referencial Teórico e Metodológico

Trata-se de uma pesquisa teórico-documental, com abordagem histórico-crítica e dialética, construída a partir da análise de documentos normativos, bibliografia especializada e dados estatísticos sobre a educação superior chilena, incluindo visita técnica ao país no período de abril de 2026. O percurso metodológico, conforme explicitado no texto-base, possibilita contextualizar historicamente o objeto, identificar os fundamentos político-ideológicos das reformas e examinar seus efeitos institucionais e sociais.

As fontes referenciadas da pesquisa incluem os principais marcos legais da educação superior chilena, como o Decreto-Lei n. 3.541/1980, o Decreto de Força de Lei (DFL) n. 1/1981, o DFL n. 2/1981, a Lei n. 21.091/2018, seguida da Lei n. 21.094/2018, além de indicadores produzidos pelo *Servicio de Información de Educación Superior* (SIES) e

estudos acadêmicos de autores como Dardot e Laval, Harvey, Brunner, Garrido, Cox, Dale e Robertson. Em termos analíticos, o estudo articula exame normativo, interpretação crítica da literatura e leitura comparativa de indicadores de matrícula e diversificação institucional entre 2021 e 2025, evidenciando a permanência da hegemonia do capital privado no sistema da educação superior no Chile.

Resultado e Discussão dos Dados

A leitura das informações demonstra que a atual configuração da educação superior no Chile é fruto da implementação das ideias neoliberais que redefiniram o papel do Estado, reestruturando as políticas educacionais a partir da lógica de mercado, inclusive com subsídios e financiamento indireto do Estado. Sob essa lógica, o Estado não desaparece, mas se reconfigura, reduzindo a sua participação na provisão direta, instituindo mecanismos de avaliação e regulação estatal que, na disputa pelos recursos do governo, passam a fomentar a concorrência entre instituições por meio do financiamento orientado à demanda, da expansão da oferta privada e da difusão de instrumentos como vouchers, créditos estudantis e aranceles (BRUNNER, 1990; DÍAZ, 2005). Os arranjos das reformas universitárias de 1981, são orientadas por organismos internacionais e por uma racionalidade econômica que preconiza privatização, descentralização, focalização do gasto público e responsabilização individual, produzindo um sistema segmentado, orientado à capacidade de pagamento e ao endividamento estudantil.

Na leitura dos dispostos normativos, os decretos publicados entre os períodos de 1980 e 1981, tiveram papel decisivo na reorganização estrutural do sistema sobre a ótica da hegemônica do ideário neoliberal. Os principais dispositivos o DFL n. 1/1981, conhecido como *Ley General de Universidades*, autorizou a criação de universidades privadas e consolidou uma arquitetura institucional baseada na descentralização, segmentação e competição, enquanto o DFL n. 2/1981 regulamentou institutos profissionais e centros de formação técnica, aprofundando a diversificação institucional, constituíram-se no marco das reformas estruturais no país, facilitando a entrada do capital privado na exploração da educação superior. Embora o ordenamento prevísse instituições privadas “*sem fins*

lucrativos”, a regulamentação do decreto acabou favorecendo a expansão de práticas mercantis, na medida em que o financiamento por matrícula e a lógica concorrencial criaram condições efetivas para a acumulação privada no setor.

As reformas de 2018 introduziram uma releitura parcial nesse modelo ao reafirmarem a educação superior como direito e ao fortalecerem a regulação estatal e a política de gratuidade. A Lei n. 21.091/2018 estabelece que a educação superior deve estar ao alcance de todas as pessoas e vincula a gratuidade a requisitos de acreditação, equidade e ausência de fins lucrativos, enquanto a Lei n. 21.094/2018 procura reposicionar as universidades estatais como referência pública do sistema. Por conseguinte, a análise dos documentos revela que essas mudanças não rompem com a estrutura herdada das reformas neoliberais, mas preservam a coexistência entre financiamento público, regulação estatal e forte participação do setor privado.

Os dados estatísticos reforçam esse argumento, ao quantificar dados de matrículas entre 2021 e 2025 na educação superior chilena registrando que passou de 1.204.376 para 1.327.344, correspondendo ao crescimento de 10,2% no período. Embora os Centros de Formação Técnica estatais tenham registrado a maior expansão proporcional, com crescimento de 166,2%, o setor privado manteve posição amplamente dominante: em 2025, a soma das matrículas de CFT privados, Institutos Profissionais, Universidades Privadas e Universidades CRUCH (*Consejo de Rectoras y Rectores de las Universidades Chilenas – CRUCH*) privadas e estatais alcançam cerca de 1.112.618 estudantes, equivalentes a 83,8% do total do sistema.

A tipologia institucional também indica uma mudança importante na morfologia da educação superior chilena. Os Institutos Profissionais ampliaram sua participação relativa de 31,4% para 33,4% entre 2021 e 2025, enquanto os CFT estatais passaram de 0,6% para 1,4%; em contrapartida, as universidades estatais vinculadas ao CRUCH reduziram sua participação de 16,0% para 14,8%. Esses dados sugerem que a expansão recente tem sido acompanhada pelo fortalecimento das modalidades técnico-profissionais e não universitárias, o que amplia o acesso, mas também pode aprofundar processos de segmentação educacional e social.

Quadro descritivo de matrículas nas Universidades, CFT e Institutos Profissionais

Tipo de instituição	Matrículas 2021	Matrículas 2025	Variação 2021-2025
CFT Privados	127.523	133.963	+5,1%
CFT Estatais	6.940	18.476	+166,2%
Institutos Profissionais	378.538	442.924	+17,0%
Univ. CRUCH Estatal	192.961	196.224	+1,7%
Univ. CRUCH Privada	193.168	203.382	+5,3%
Univ. Privadas	303.652	332.349	+9,5%
Total Geral	1.204.376	1.327.344	+10,2%

Fonte: elaboração a partir de dados SIES/MINEDUC 2026.

Considerações finais

Em síntese, o caso chileno expressa uma forma avançada de mercantilização da educação superior, na qual a expansão do acesso ocorreu simultaneamente à consolidação de mecanismos de privatização, financeirização e segmentação institucional. As reformas neoliberais inauguradas na década de 1980 foram decisivas para redefinir o papel do Estado, ampliar a participação privada e instituir uma lógica concorrencial que permanece estruturante no sistema, mesmo após os ajustes regulatórios promovidos em 2018 não se evidencia mudanças significativas na recomposição do acesso à educação superior como direito social.

Os resultados da pesquisa indicam que as normativas publicadas em 2018 trouxeram avanços ao reafirmar a educação superior como dimensão do direito social, fortalecer a gratuidade e valorizar as universidades estatais, mas não foram suficientes para recompor as perdas sociais resultados da ditadura do governo de Augusto Pinochet. Em consequência, a educação superior chilena segue marcada pela tensão entre regulação pública e hegemonia privada, entre democratização do acesso e a segmentação formativa, o que torna o caso chileno especialmente relevante para a análise crítica das políticas de educação superior na América Latina, orientado pela lógica de mercado e pela diversificação institucional.

Referências Bibliográficas

- BRUNNER, José Joaquín. *Educación superior en América Latina: cambios y desafíos*. Santiago: FLACSO, 1990.
- CHILE. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. *Decreto con Fuerza de Ley n. 1/1981, fija normas sobre universidades*. Santiago: BCN, 1981. Disponível em: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=3394>, acesso às 10h03min de 30Abr2026.
- CHILE. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. *Decreto con Fuerza de Ley n. 2/1981, fija normas sobre universidades*. Santiago: BCN, 1981. Disponível in: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=3500>, acesso às 10h11min de 30Abr2026.
- CHILE. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. *Ley n. 21.091, sobre educación superior*. Santiago: BCN, 2018. Disponível em: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=1118991>, acesso às 07h45min de 04Mai2026.
- CHILE. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. *Ley n. 21.094, sobre universidades estatales*. Santiago: BCN, 2018. Disponível em: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar/imprimir?idNorma=1119253&idVersion=2026-02-05>, acesso às 8h15min de 04Mai2026.
- CHILE. MINISTERIO DA EDUCACIÓN. GOBIERNO DE CHILE. Servicio de Información de Educación Superior | SIES. Disponível em: www.mineduc.cl/servicios/informacion-sobre-educacion/servicio-de-informacion-de-educacion-superior_sies, acesso às 19h15min de 08Mai2026.
- COX, Cristian. *Políticas educacionales en el cambio de siglo: la reforma del sistema escolar de Chile*. Santiago: Universitaria, 2003.
- DALE, Roger. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “agenda global estruturada para a educação”. *Educação & Sociedade*, v. 25, n. 87, p. 423-460, 2004. Disponível em” <https://www.scielo.br/j/es/a/bJbBCJS5DvngSvwz9hngDXK/?format=pdf&lang=pt>, acesso às 18h35min de 08Mai2026.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DÍAZ, Sebastián Donoso. A reforma neoliberal da educação superior no Chile em 1981. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 2005.
- GARRIDO, Felipe Andres Zurita. El sistema universitario en Chile contemporáneo. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, 2015.
- HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.
- ROBERTSON, Susan L. “Situando” os professores nas agendas globais de governança. *Rev. Teoria e Prática da Educação*, v. 15, n. 2, p. 09-24, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://scispace.com/pdf/placing-teachers-in-global-governance-agendas-3dkphghwtd.pdf>, acesso às 10h23min de 10Mai2026.